Conservadores X Progressistas: o Debate entre Intelectuais sobre as Políticas de Ação Afirmativa para Estudantes Negros no Brasil

Karine Pereira Goss¹

A implementação de políticas de ação afirmativa para estudantes negros nas universidades públicas brasileiras gerou um intenso debate em diversos campos sociais. As discussões sobre as políticas de ação afirmativa mobilizaram não somente atores organizados da sociedade civil brasileira como também a *intelligentsia* nacional. Em paralelo ao debate instalado na mídia a partir de 2002, iniciou-se também uma disputa acadêmica em torno do tema. Entender o porquê dessa disputa tão acirrada entre os intelectuais brasileiros sobre a necessidade ou não de aplicação dessas políticas constitui o objetivo principal da pesquisa. Para isso, serão analisadas as principais proposições apresentadas por cientistas sociais, mais especificadamente representantes da antropologia e da sociologia. Há pelo menos duas posições bem demarcadas nas ciências sociais a respeito do tema: os intelectuais contrários às políticas de ação afirmativa e aqueles que se posicionam favoravelmente. Seus argumentos serão analisados a partir de uma tipologia criada por Albert Hirschman (1992). Os autores que desenvolvem argumentos em oposição às ações afirmativas são partidários de uma retórica denominada de conservadora, enquanto os que defendem tais políticas são classificados como partidários de uma retórica progressista. Hirschman delimita três teses da retórica conservadora que foram elaboradas por intelectuais, muitos deles cientistas sociais, em diferentes épocas, em relação a políticas avaliadas como progressistas e/ou reformistas: a tese da perversidade, a tese da futilidade e a tese de ameaça. Para cada tese da retórica conservadora, o autor elabora contra-

¹ Professora do Instituto Federal de Santa Catarina e membro do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS/UFSC).

partidas progressistas originando dessa maneira pares que se contrapõem e se complementam. É possível concluir que as duas retóricas em embate refletem posturas diferenciadas dos intelectuais em relação à ciência e à política. Além disso, os partidários das duas retóricas partilham de concepções diversas a respeito de conceitos importantes utilizados nas ciências sociais brasileiras, especialmente o de raça e o de mestiçagem. Tanto a vinculação dos intelectuais com a ciência e com a política, quanto as matrizes teóricas que usam para explicar a nação incidem sobre seus posicionamentos relativos à implantação de ações afirmativas para estudantes negros no Brasil.

Palavras-chave: Ação afirmativa; Estudantes negros; Intelectuais; Retórica progressista; Retórica conservadora.

Conservatives x Progressives: the Debate among Intellectuals about Affirmative Action Policies for Black Students in Brazil

Abstract

The implementation of affirmative action policies for black students in the Brazilian public universities generated an intense debate in several social spheres. The discussions about the policies mobilized organized actors of Brazilian civil society and the national intelligentsia alike. Concomitant with the debate in the media starting in 2002, an academic dispute around the subject also ensued. Understanding why such a dispute occurred among Brazilian intellectuals on the need or lack thereof for the application of those policies is not the goal of this article. Instead, I will analyze the main proposals presented for social scientists, more specifically anthropologists and sociologists. There are at least two well demarcated positions in social sciences regarding this subject: intellectuals who oppose the policies of affirmative action and those who favor them. Their arguments are analyzed

from a typology created by Albert Hirschman (1992). Those who argue against policies are partisan to a so-called conservative rhetoric, while the ones who defend such policies are partisan to a progressive rhetoric. Hirschman identifies three conservative rhetoric theses that have been elaborated by intellectuals, many of them social scientists, at different times, about policies that have been labeled progressive and/or reformist: the thesis of perversity, the thesis of futility and the thesis of threat. For each thesis of the conservative rhetoric, the author elaborates progressive counterparts, originating pairs that oppose and complement each other. I conclude that the two Opposing rhetorics reflect different academic positions in relation to science and politics. Moreover, the partisans of the two rhetorics hold diverse definitions of important concepts used in the Brazilian social sciences, especially those of race and miscegenation. The intellectuals' ties to science and politics affect their opinions about the implementation of affirmative action policies for Black Brazilian students just as much as theories they apply in order to make sense of that nation.

Keywords: affirmative action; Black students; intellectuals; progressive rhetoric; conservative rhetoric.

A implementação de políticas de ação afirmativa para estudantes negros nas universidades públicas brasileiras gerou um intenso debate em diversos campos sociais. As discussões mobilizaram não somente atores organizados da sociedade civil brasileira como também a *intelligentsia* nacional.

Entender o porquê dessa disputa tão acirrada entre os intelectuais brasileiros sobre a necessidade ou não de aplicação dessas políticas constitui o objetivo principal do trabalho. Para isso, serão analisadas as proposições apresentadas por cientistas sociais, mais especificadamente representantes da antropologia e da sociologia. Há pelo menos duas posições bem

demarcadas nas ciências sociais a respeito do tema: os intelectuais contrários às políticas de ação afirmativa e aqueles que se posicionam favoravelmente. Seus argumentos serão analisados a partir de uma tipologia criada por Albert Hirschman (1992). Os autores que desenvolvem argumentos em oposição às ações afirmativas são partidários de uma retórica denominada **conservadora**, enquanto os que defendem tais políticas são classificados como partidários de uma retórica **progressista**. Hirschman delimita três teses da retórica conservadora que foram elaboradas por intelectuais, muitos dos quais cientistas sociais, em diferentes épocas, em relação a políticas avaliadas como progressistas e/ou reformistas: **a tese da diversidade, a tese da futilidade e a tese de ameaça**. Para cada tese da retórica conservadora, o autor elabora contrapartidas progressistas originando dessa maneira pares que se contrapõem e se complementam.

Nesse artigo, serão examinadas as posições dos intelectuais brasileiros sobre as políticas de ação afirmativa, levando-se em consideração a relação que mantêm entre suas posturas no interior do campo científico e seus posicionamentos políticos. Posteriormente, será demonstrado como a retórica conservadora se desenvolveu sempre que políticas avaliadas como progressistas e/ou reformistas foram colocadas em prática no Ocidente. A partir da análise de Hirschman a respeito de três momentos específicos da história ocidental: a revolução francesa, o sufrágio universal e o *welfare state*, pode-se observar como a retórica conservadora foi organizada, de forma mais ou menos consciente, em oposição a essas transformações. A tipologia criada por Hirschman será utilizada para a análise e a classificação dos argumentos contrários às cotas para estudantes negros. Após a análise da retórica conservadora, tratar-se-á especificamente da retórica progressista.

1 Intelectuais, campo científico e campo político

São os diferentes agentes do campo científico – cientistas, técnicos, intelectuais e pesquisadores, entre outros – que utilizam a retórica na composição de seus argumentos. A retórica, portanto, torna-se um instrumento importante de manutenção das posições dentro e fora do campo, na intenção de atrair aliados e convencer os mais diversificados auditórios. Com efeito, o campo científico não está imune à influência política e os agentes que atuam no campo têm, a todo o momento, que assumir posições e defender seus pontos de vista, ainda que de forma não explícita, conforme sugere Bourdieu (2003).

A noção de campo científico implica o entendimento de que há uma lógica própria de configuração da ciência, que lhe confere certa autonomia em relação a outras esferas. No caso deste trabalho, é relevante a análise da constituição do campo científico, particularmente o das ciências sociais, pois no debate sobre a implementação de ações afirmativas no ensino superior no Brasil os intelectuais contrários e favoráveis a essas medidas sustentam opiniões divergentes tanto em relação ao papel da ciência quanto de suas posições no interior do campo e fora dele. Nesse sentido, torna-se importante refletir sobre o campo científico e distinguir a sua vinculação com outros campos, como o da política.

Uma das principais características do campo científico é o uso da retórica. Ela é utilizada justamente como um instrumento na luta pelas posições de poder no interior do campo. Boaventura de Sousa Santos (1989, 2000, 2004 e 2005) e Bruno Latour (1994 e 2000) afirmam que a ciência é uma atividade retórica porque procura atingir, em última instância, o convencimento e a persuasão. A delimitação de elementos da atual configuração do campo científico brasileiro, com ênfase nas ciências sociais, procurará demonstrar que existem pelo menos duas formas de retórica em disputa em relação às políticas de ação afirmativa: uma retórica conservadora e uma retórica progressista.

As relações entre ciência e política aparecem como um pano de fundo importante no debate sobre as cotas para estudantes negros no Brasil. Investigar em que termos os intelectuais representantes da retórica conservadora e da retórica progressista compreendem seus próprios posicionamentos dentro desse debate é fundamental para um melhor entendimento da disputa, já que em cada um desses lados encontra-se em jogo formas diferentes de relacionamento com o Estado brasileiro e as políticas que tem implementado.

2 A Retórica Conservadora no pensamento acadêmico brasileiro em relação às políticas de ação afirmativa

Um dos mais importantes estudos sobre o desenvolvimento da retórica conservadora foi realizado por Hirschman (1992). O autor examinou como os argumentos caracterizados como reacionários foram elaborados de forma muito semelhante em diferentes períodos históricos e em relação a três momentos em que ocorreram avanços avaliados como progressistas. A primeira reação conservadora foi o movimento que se opôs à Revolução Francesa. A segunda resposta reacionária viria com a oposição ao sufrágio universal. E, por fim, na sequência indicada por Hirschman, encontra-se a crítica reacionária ao *Welfare State*. O objetivo do seu estudo foi delinear os tipos de argumentos utilizados por aqueles que de alguma forma desejavam se opor e, inclusive, derrubar políticas e/ou medidas de caráter progressista, reformista ou revolucionário.

A polêmica instalada no campo acadêmico brasileiro a respeito do tema das cotas raciais – demarcando uma divisão entre opositores e defensores – e a semelhança dos argumentos desenvolvidos em cada um desses pólos com aqueles encontrados no estudo efetuado por Hirschman justificam a utilização da proposta analítica do cientista político. Com isso, deseja-se demonstrar que no campo acadêmico brasileiro está presente

uma potente retórica conservadora que se opõe às ações afirmativas, mais especificamente à política de cotas para estudantes negros no ensino superior. O autor delimita três teses da retórica conservadora que foram elaboradas por intelectuais, muitos deles cientistas sociais, nessas diferentes épocas: a tese da perversidade, a tese da futilidade e a tese da ameaça. Nesse trabalho serão analisados os argumentos elaborados por intelectuais brasileiros que se opõem à política de cotas, a partir da tipologia criada por Hirschman.

Inúmeros intelectuais brasileiros escreveram e se pronunciaram sobre o tema desde o início desta pesquisa. Porém, alguns nomes se destacam, especialmente na antropologia brasileira, em oposição às ações afirmativas e/ou pelo menos na forma como essas vêm sendo encaminhadas no país. Entre os autores que se opõem às cotas para estudantes negros pode-se citar o antropólogo Peter Fry (UFRJ), a antropóloga Yvonne Maggie (UFRJ), a antropóloga Eunice Durham (USP), a antropóloga Lilia Schwarcz (USP), o cientista político Marcos Chor Maio (Fundação Oswaldo Cruz), o antropólogo Ricardo Ventura Santos (UFRJ e Fundação Oswaldo Cruz), a historiadora Celia Maria Marinho de Azevedo (UNICAMP), a historiadora Mônica Grim (UFRJ), o historiador Manolo Fiorentino (UFRJ) e o articulista do jornal *Folha de S. Paulo* e geógrafo Demétrio Magnoli, entre outros.

A tese da perversidade

Com relação à tese da perversidade, seus defensores afirmam que as mudanças advindas de medidas visando algum tipo de transformação na sociedade, em vez de levar a sociedade em determinada direção, levarão exatamente na direção contrária. A ação produzida gera uma “cadeia de conseqüências” “imprevisíveis” e “não-intencionais” que provocam o oposto do que se deseja alcançar. Esse argumento, segundo a avaliação de Hirsch-

man, é bastante eficaz para o convencimento do público em geral. A invocação dessa tese é uma das principais características da retórica conservadora. O efeito perverso representa um ato extremo do que Hirschman classifica de “consequências involuntárias” (1995, p. 37). Tais “consequências involuntárias” tiveram seu sentido deslocado, pois, se inicialmente elas denotavam o significado de “imprevistas”, passaram a adquirir um sentido negativo de, em última instância, indesejáveis.

No caso das políticas de cotas, a tese da perversidade tem sido constantemente repetida. Entre os autores que utilizam essa tese, afirma-se que as cotas em vez de contribuírem para a eliminação do racismo vão incitar mais racismo ainda. Essa é a opinião expressa por Peter Fry (*O Globo*, 21 de março de 2003):

Todos nós gostaríamos de ver as universidades públicas cada vez mais multicoloridas (as privadas já são). Também acredito que a maioria quer que o Brasil elimine o racismo de tal jeito que a discriminação racial e o medo dela deixem de ferir tanto. Mas a “solução” das cotas vai aumentar os problemas e não diminuí-los. Alguém realmente acredita que é possível corrigir as desigualdades raciais grosseiras a custo zero aos cofres públicos? **O Verdadeiro custo será a consolidação do racismo, não o fim do racismo** (grifo meu).

Uma outra característica daqueles que preconizam a tese da perversidade é a manifestação de uma espécie de superioridade intelectual, pois demonstram para aqueles que não enxergam – mesmo que sejam especialistas – o quanto podem ser perspicazes ao preverem essa consequência para uma ação que, em princípio, poderia ser considerada positiva.

A tese da futilidade

A tese da futilidade difere da anterior, pois nesse caso não se antevê um retrocesso ou um efeito devastador para a sociedade como um todo, mas a mudança é considerada puramente cos-

mética, de fachada, pois não ataca as estruturas profundas da sociedade.

Apesar de os argumentos da tese da futilidade parecerem, de acordo com Hirschman, mais amenos do que os da tese da perversidade, eles são mais insultuosos. No primeiro caso, se critica a direção que determinada ação tomará e sempre resta a esperança de que seja obtida a direção adequada, porém, no segundo, quando se demonstra que a medida não terá eficácia alguma, está-se desmoralizando os defensores da mudança e subestimando as possibilidades de transformação. A tese da futilidade representa, portanto, uma crítica à própria intenção de mudança, justamente porque não se pode mudar aquilo que não pode ser mudado. É nesse ponto que a tese difere bastante da tese da perversidade. Pois, no caso desta última, o mundo é visto como sujeito a mudanças, “volátil”, um determinado movimento levará conseqüentemente a efeitos imprevistos e a “contramovimentos insuspeitados” (HIRSCHMAN, 1992, p. 65). Já no caso da tese da futilidade o mundo é visto como uma estrutura que evolui segundo determinadas leis que as ações humanas são incapazes de alterar. Nas palavras de Hirschman (1992, p. 65), é uma atitude de “refutação desdenhosa” que se assume em relação à sugestão de que a realidade pode ser passível de algum tipo de mudança.

Novamente os argumentos citados por vários autores das ciências sociais brasileiras e por outros especialistas podem ser lidos por meio da tipologia criada por Hirschman. As cotas são vistas como algo que não vai alterar a realidade da educação no país, pois o problema não está na educação superior e sim no ensino básico. Deve-se ir à raiz do problema e não atacá-lo no final. As cotas são avaliadas como medidas paliativas, que não resolvem o principal problema da educação brasileira: uma boa escola pública que proporcione a todos a oportunidade de concorrer a vagas para o ensino superior. Além disso, essa medida incide, de acordo com a antropóloga Eunice Durham, “sobre uma das conseqüências da discriminação racial e da desigualda-

de educacional sem que estas, em si mesmas sejam corrigidas” (DURHAM, 2003, p. 04). A melhor qualidade do ensino básico seria uma das soluções apontadas por Celia Maria Marinho de Azevedo (2004b, p. 63) para combater o racismo no Brasil e não a adoção de cotas:

É possível lutar contra o racismo no Brasil, ignorando-se a dimensão do problema do analfabetismo e baixos níveis de escolaridade da população brasileira? Não seria preciso concentrar forças na recuperação das escolas públicas de ensino fundamental, bem como na sua expansão para toda a população brasileira?

Outra importante característica da tese da futilidade é conceder caráter científico aos seus argumentos. Tal feito foi realizado por alguns cientistas sociais italianos, como Pareto, por exemplo. Segundo Hirschman, esse autor concedeu aos seus achados estatísticos a respeito da distribuição de renda um caráter de lei natural. Sua conclusão foi que seria inútil, senão fútil, tentar modificar um aspecto básico e invariante da economia, como é o caso da distribuição de renda, por meio de taxaço, expropriação ou qualquer tipo de legislação de bem-estar social. A maneira correta de melhorar as condições de vida da população mais pobre seria, portanto, aumentar a riqueza total. No caso do debate sobre cotas, não se recorre a uma lei para comprovar a ineficácia da política, mas se apela à ciência como se esta fosse o tribunal dos tribunais e que por ser detentora de um exercício disciplinar e neutro, seria capaz de decidir os melhores rumos para a sociedade brasileira.

A análise de um dossiê publicado sobre a questão das cotas raciais implantadas na Universidade de Brasília (UnB) ajuda a explicitar melhor a relação entre o papel da ciência e a posição política dos intelectuais em relação a uma determinada política pública. No primeiro semestre de 2005, a revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Fe-

deral do Rio Grande do Sul (UFRGS) publicou o referido dossiê. O texto principal é um artigo de Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos, no qual os autores criticam o processo de implementação de cotas raciais na UnB por ingresso através de vestibular, devido à utilização de análises de fotografias como forma de evitar fraudes e comprovar a identidade racial dos candidatos. Foram convidados 25 intelectuais que já haviam tratado do tema em alguma instância acadêmica ou com a publicação de artigos em jornais e/ou periódicos científicos, para comentar o artigo. O resultado foi que 18 intelectuais aceitaram o convite e se pronunciaram em relação ao texto. Maio e Santos afirmam que essa maneira de buscar parâmetros considerados objetivos² para delimitar a identidade racial dos estudantes assemelha-se aos processos utilizados no século XIX para a aferição das raças.

O principal argumento dos autores é que o uso de fotografias remete ao renascimento da “antropologia das raças”, que volta a considerar a raça – por meio da análise de atributos físicos e traços fenotípicos – como elemento classificador dentro da sociedade brasileira, a exemplo do que ocorreu no século XIX, conforme apontado anteriormente. Ressurge a questão da raça como um dos principais *topoi* das ciências sociais brasileiras e de nosso espectro político.

O que emerge desse confronto entre os intelectuais contrários às cotas e aqueles favoráveis a essa medida é a maneira como os dois grupos enxergam a ciência e a sua relação com a política. É possível observar no texto de Maio e Santos (2005) que eles citam várias instituições acadêmicas e/ou a pesquisadores renomados para fazerem valer sua crítica. Recorrem à Associação Brasileira de Antropologia (ABA), à autoridade discursiva da ge-

² Os parâmetros objetivos estariam assentados em uma visão de ciência considerada “ordinária” por Maio e Santos. Essa visão está relacionada aos velhos esquemas taxonômicos utilizados no final do século XIX como forma de classificação das pessoas. Segundo os autores, muitos atores envolvidos no debate sobre as cotas apelam para esse tipo de “ciência” como forma de identificação dos beneficiários dessas políticas.

nética molecular e à posição da Academia Brasileira de Ciências (ABC). Torna-se, então, explícito que suas opiniões não são opiniões quaisquer, mas estão alicerçadas em importantes fontes científicas. A posição emitida pela Comissão de Relações Étnicas e Raciais da Associação Brasileira de Antropologia (Crer-ABA), em relação aos procedimentos adotados pela UnB é avaliada da seguinte maneira pelos dois autores:

O documento da Crer – ABA pode ser interpretado como uma manifestação que, em nome de uma comunidade composta de antropólogos com variadas especialidades (há referência à antropologia social e à antropologia biológica), problematiza fontes e loci da autoridade/competência científica [...]. Dado que congrega centenas de profissionais da área de antropologia no Brasil, portanto revestindo-se de espessa camada de legitimidade para se manifestar em assuntos científicos ligados à raça, com o capital simbólico transferido a partir de sua instância geradora (...), o posicionamento da Crer é uma peça argumentativa que procura solapar a base de autoridade/competência científica da comissão da UnB, já que “desconsidera o arcabouço conceitual das ciências sociais” (MAIO e SANTOS, 2005, p. 203).

No caso dos partidários da retórica conservadora, a ciência é traduzida em seus discursos como uma prática isenta de valores e detentora da palavra final. Nesse momento, intelectuais como Anjos, Guimarães e Carvalho, entre outros, apontam para a necessidade da constante interlocução entre os acadêmicos e os atores de movimentos sociais ou de outras formas de organização. Essa interlocução não se dá somente fora da academia, pois esses atores, quando se fazem presentes nesse espaço, também acabam questionando o *establishment* acadêmico.

A acusação de comprometimento político dos intelectuais favoráveis às cotas é descrita da seguinte forma reducionista por Fry em entrevista ao Jornal “Liberal” (2006): “Não é todo mundo que pensa o Brasil como um país dividido nessas duas categorias [*negros e brancos*]. Essa noção é, sobretudo, de certos intelectuais e

militantes do movimento negro”. No Livro *A persistência da raça* (2005), o autor também faz referência ao “crescimento paralelo de um movimento negro articulado que, em geral, tem-se aliado fortemente aos pesquisadores acadêmicos” (FRY, 2005, p. 223).

A denúncia de Fry a respeito da aliança de alguns pesquisadores com o movimento negro está alicerçada em sua pressuposta posição de acadêmico, pois não considera como política a sua postura. Seu pronunciamento na 58ª Reunião Anual da SBPC³ em Florianópolis é exemplar:

Eu não vou bater pé sobre nenhuma plataforma política, Deus me livre, eu sou universitário, tenho as minhas convicções que vêm da minha antropologia e apenas gostaria de terminar dizendo que eu tenho uma posição duvidosa em relação a isso, duvidosa porque eu não tenho certeza de nada (...) **Tenho pavor de certeza, da agressão, da agressividade, da desqualificação, tenho pavor disso, porque sou acadêmico, eu não sou político** (grifo meu).

O antropólogo, apesar de ter ajudado a formular um manifesto contra esse tipo de política pública, que foi entregue ao presidente da Câmara Federal e ao presidente do Senado, não avalia a sua atitude como um ato político, mas acadêmico, pois suas convicções não são suas e sim, da “sua antropologia”. Sua retórica é justamente desvencilhar-se de um comprometimento político e apelar para sua condição de intelectual e acadêmico.

Ainda em relação à tese da futilidade, uma última característica revelada por Hirschman se refere à possibilidade de conjunção de argumentos “radicais” e conservadores. De acordo com a proposição de Hirschman (1992), pessoas que utilizam argumentos “radicais” ou marxistas muitas vezes censuram aqueles carac-

³ Transcrição integral da fita – feita pela pesquisadora – da Mesa Redonda promovida pela ABA: “As nova inflexões raciais no Brasil”. 58ª Reunião Anual da SBPC. Sexta-feira, 21/07/2006 – 16:00 horas – Auditório Laranjeira: Centro de Cultura e Eventos – UFSC.

terizados como progressistas ou reformistas por ignorarem as estruturas básicas da sociedade. Ainda seguindo o raciocínio de Hirschman (1992, p. 59):

Mas não seria a primeira vez que os ódios compartilhados forjam estranhas camaradagens. O ódio compartilhado, neste caso, é dirigido contra a tentativa de reformar alguns aspectos negativos ou injustos do sistema capitalista, por meio da intervenção e programas públicos. Na extrema esquerda, tais programas são criticados por temor de que qualquer sucesso que venham a ter diminua o zelo revolucionário. Na direita, eles são submetidos a zombaria e críticas porque qualquer intervenção do Estado (...), é considerada uma interferência nociva ou fútil em um sistema que supostamente se auto-equilibra.

Alguns intelectuais que se consideram de esquerda, bem como certos setores da sociedade – como algumas vertentes da esquerda e da extrema esquerda – são contrários à aplicação de políticas de cotas justamente porque não atacam as estruturas sociais básicas, que, segundo suas avaliações, estão intrincadas no sistema de exploração capitalista. De acordo com essa visão, o principal problema do Brasil seria a desigualdade social, analisada através de uma perspectiva de classe. Resolvendo-se essa questão, não haveria necessidade de políticas específicas voltadas para a população negra.

Em entrevista ao jornalista Alexandre Garcia no dia 30 de agosto de 2006, em um programa da *Globonews*, o representante do “Movimento Negro Socialista”, José Carlos Miranda utiliza-se da mesma lógica argumentativa de Magnoli. Em seu pronunciamento, a “estranha camaradagem” a qual Hirschman faz referência torna-se explícita. A retórica conservadora une-se à retórica de esquerda em oposição à implementação das cotas e do Estatuto da Igualdade Racial. A seguir, seguem trechos da entrevista:

[...] a maioria do movimento negro apóia as cotas, abandonou a luta por uma sociedade igual, igualitária.

[...] o sistema de cotas. Isso só levaria a uma situação de conflito e de oposição entre negros e brancos. A entrega do nosso manifesto, a participação do “Movimento Negro Socialista” (...) escancarou essa situação para toda a sociedade.

[...] Eu enquanto militante negro digo o seguinte: ele vai pegar [o sistema de cotas] os negros mais preparados, os que têm mais sorte, os mais cultos, inclusive, alçar eles, em vez de preparar a luta do nosso povo para que melhore todo o povo negro e pobre e os brancos também, em vez de liderar esse movimento, ele [o negro] vai ser alçado a morar em Moema, a ser integrado pelo sistema, não combatendo a desigualdade.

A tese da ameaça

A última tese pertencente à retórica conservadora é a da ameaça. É também aquela que mais aparece nos depoimentos e artigos dos intelectuais contrários às ações afirmativas. Essa terceira forma discursiva assegura que a mudança, mesmo que desejável, terá custos e/ou conseqüências que não podem ser aceitos. Há componentes perigosos que inevitavelmente surgirão com a aplicação de certas medidas. No caso das cotas, alguns autores como Peter Fry e Yvonne Maggie apontam que essa é uma política de alto risco, porque irá instituir, em âmbito federal, o negro como figura jurídica. Com isso, ao invés de se ignorar a raça como critério de classificação e de concessão de direitos, o Estado vai “entronizar” a raça como forma de definição social, provocando a divisão do país em grupos raciais distintos. Conforme os dois autores, esse tipo de ação traz mais dor do que alívio aos problemas que pretende resolver. Essa é também a apreciação de Eunice Durham (2003, p. 07), conforme se pode observar na citação a seguir:

Um novo apartheid, mesmo que mais favorável aos afro-descendentes do que a situação atual, pode perfeitamente incentivar o preconceito e criar situações permanentes de conflito étnico. Não creio que essa seja uma solução factível e nem aceita pelo conjunto da população que reconhece sua ascendência africana.

Demétrio Magnoli, na audiência pública realizada na Câmara dos Deputados no dia 25 de abril de 2006⁴, utiliza a mesma expressão “ovo da serpente” ao se referir às mudanças que as cotas e o Estatuto da Igualdade Racial podem provocar na sociedade brasileira:

No Brasil nós estamos assistindo ao início desse processo [construção de identidades], é **o ovo da serpente** (grifo meu), o Estado brasileiro adotou uma ideologia racial, decidiu que vai classificar os cidadãos em todos os seus documentos (...). decidiu que a partir de agora os brasileiros se identificarão por raças inventadas de cima para baixo.

O historiador Manolo Fiorentino, em entrevista ao Jornal *Folha de São Paulo*, também alerta para o perigo iminente das ações afirmativas para um país como o Brasil:

Mas o que está se agravando nesse ambiente histórico, é uma coisa que já alertamos há muito tempo: cuidado, porque, ao criar um Brasil bicolor, você vai acabar exacerbando ódio onde não existe. O Brasil é um país racista, mas o ódio racial está sendo implementado com essa discussão meio enviesada realizada por diversos segmentos, inclusive pelo Estado brasileiro. Essa coisa estranha que chamam de afro-brasileiro, coisa que eu nunca vi. Nunca vi um afro-brasileiro. Eu conheço brasileiro (FOLHA DE S. PAULO, 17 de abril de 2005).

⁴ Depoimento proferido em Audiência Pública na Câmara dos Deputados, realizada com o objetivo de discutir a reserva de vagas no ensino público superior federal, em 25 de abril de 2006. Gravação em fita VHS enviada pela Assessoria de Comunicação da Câmara dos Deputados.

As ações afirmativas não dariam certo no Brasil, segundo as avaliações desses estudiosos, devido a particularidades específicas do nosso país, como o fato de que no Brasil não teria havido discriminação do ponto de vista legal ou de que aqui nunca teria havido ódio ou conflito racial. De acordo com essa visão, o Brasil é um país mestiço, híbrido e não “feito de grupos étnicos estanques” (FRY, 2005).

Essa interpretação vai ao encontro do último ponto referente à tese da ameaça: ela geralmente encontra-se associada “com imagens mentais fortemente enraizadas” (HIRSCHMAN, 1992, p. 104), que envolvem de maneira intensa um imaginário social há muito tempo instituído. A tese da ameaça, “requer como pano de fundo um cenário no qual exista a memória viva de realizações anteriores altamente apreciadas” (HIRSCHMAN, 1992, p. 107). No debate sobre as cotas no Brasil toca-se especialmente em uma imagem de nação até então considerada altamente positiva. A implementação de políticas de ação afirmativa implica colocar em dúvida o discurso harmonioso a respeito da formação do Brasil. Muitas matrizes interpretativas sobre a formação da nação brasileira – como, por exemplo, a obra de Gilberto Freyre e, mais recentemente, a retomada que Peter Fry faz das idéias do sociólogo pernambucano –, auxiliaram na criação e manutenção de um imaginário em que a constituição do país aparece como um processo não-conflitivo, no qual as desigualdades são reinterpretadas de maneira positiva. Segundo os autores solidários a esse pensamento, as ações afirmativas afetariam diretamente esses princípios de convivência fraterna e provocariam conflitos entre os diferentes grupos étnico-raciais, fato que para eles não ocorria anteriormente. É o que demonstra a citação a seguir:

As medidas pós-Durban, ao proporem ações afirmativas em prol da “população negra”, rompem não só com o a-racismo e o anti-racismo tradicionais, mas também com a forte ideologia que **define o Brasil como o país da mistura, ou, como preferia Gilberto Freyre, do hibridismo**. Ações afirmativas implicam, evidentemente, imaginar o Brasil

composto não de infinitas misturas, mas de grupos estanques: os que têm e os que não têm direito à ação afirmativa, no caso em questão, “negros” e “brancos”... (grifo meu) (MAGGIE e FRY, 2004, p. 68).

Os discursos eloquentes relacionados à mestiçagem como uma das características que confere originalidade, distinção e identificação ao Brasil, são reproduzidos numa variedade de publicações posteriores. No livro *Divisões perigosas: Políticas raciais no Brasil contemporâneo* (2007), organizado por Fry, Maggie, Maio, Monteiro e Santos, há um conjunto de citações de vários autores que se referem à transformação e/ou destruição de concepções sumamente enraizadas ao imaginário nacional. A publicação como um todo demonstra com nitidez a opção dos autores pela retórica da ameaça. O título da obra não poderia ser mais ilustrativo. Já no preâmbulo do livro, Bila Sorj, José Carlos Miranda e Yvonne Maggie (2007, p. 14) alertam para o perigo contido nas políticas de ação afirmativa. Em relação à entrega do manifesto, assim se pronunciam:

A repercussão da entrega da carta gerou um intenso debate sobre os dois projetos na medida em que falam sobre o país que queremos ter e **mexem com concepções caras ao povo brasileiro**. Os projetos pretendem, em suma, transformar a nação brasileira em uma nação dividida em duas metades – uma feita de brancos e a outra, de negros. Trata-se de uma proposta de engenharia social que torna a racialização da sociedade legal e obrigatória (grifo meu).

Na interpretação desses autores, a suposta cordialidade existente no Brasil advém do processo de miscigenação existente no país desde a sua colonização. A miscigenação – a mistura, a mestiçagem – é a principal herança que confere positividade ao nosso passado, ao presente e, quiçá, ao futuro. Ela também é responsável pelo processo não conflituoso de integração nacional. É importante assinalar que os autores não recorrem mais ao conceito de democracia racial como forma de aludir ao sistema flexível de classificação e de relações raciais, o qual,

segundo sua interpretação, atua no país. Tal conceito é substituído pelo de mestiçagem. Assim se pronuncia Góes (2007, p. 59): “O Brasil pode vir a se tornar um país dividido entre negros e brancos, sim, trocando a valorização da mestiçagem pelo orgulho racial”.

É preciso analisar o ambiente acadêmico em que a visão de um Brasil mestiço foi e continua sendo produzida. A discussão de políticas de ação afirmativa nas universidades, mais especificamente das cotas para estudantes negros, de acordo com a antropóloga Rita Segato (2006, p. 233), demonstra a dificuldade de aceitação dentro do ambiente acadêmico de que “dissidências de ordem ética e política” não se resumem a “problemas de etiqueta”. Ou seja, da mesma forma que a teoria da mestiçagem evita o afloramento de identidades étnicas e políticas distintas, de disputas entre projetos diferentes de nação, também se tenta evitar no meio acadêmico o afloramento de visões e projetos de mundo antagônicos, de diferenças entre valores e sensibilidades éticas em relação aos problemas vivenciados no país. Conforme a conclusão de Segato (2006, p. 233): “Teme-se e evita-se a discussão do projeto de cotas no meio acadêmico brasileiro porque se trata de um campo de discussões apaixonadas que expõem claramente a persistência de oposições irreduzíveis a respeito do que é positivo para a nação”.

Pelo que foi possível constatar a partir das citações anteriores, a idéia de mestiçagem não se apresenta, para os representantes da retórica conservadora, compatível com situações conflituosas. Pelo contrário, foi ela que proporcionou a existência de uma convivência amistosa entre os “diferentes” no Brasil. Esse é um dos motivos da não aceitação das cotas por parte de muitos cientistas sociais. O principal argumento por eles utilizado é de que as cotas trarão o conflito, que anteriormente não existia. A possibilidade de conflito provoca uma espécie de curto-circuito na forma de interpretação das relações sociais no Brasil.

O episódio das cotas traz para as ciências sociais brasileiras um desafio inédito marcado por uma crise de representação, segundo a análise de José Jorge de Carvalho (2005/2006, p. 102). Para o autor, as ciências sociais brasileiras vivenciam uma “crise da desneutralização racial do campo acadêmico”. Ainda de acordo com a interpretação de Carvalho, os cientistas sociais brasileiros sempre expressaram forte rejeição ao racismo existente na sociedade, mas nunca questionaram o ambiente acadêmico de “confinamento racial” no qual eles próprios estavam inseridos. Em outras palavras, o autor chama a atenção para os espaços institucionais brancos em que se transformaram as universidades brasileiras sem que houvesse protestos ou pelo menos estranhamento dos cientistas sociais encarregados de elaborar explicações sobre o Brasil. Ele coloca em xeque, enfim, as interpretações feitas pelos cientistas sociais brasileiros brancos e as suas pretensas neutralidades axiológicas. A principal consequência da discussão sobre a implementação de cotas nas universidades federais do país “é a inevitabilidade dos posicionamentos” (CARVALHO, 2005/2006) de cientistas sociais a partir de seus locais de produção de conhecimento.

3 A retórica progressista no pensamento acadêmico brasileiro em relação às políticas de ação afirmativa

Podem ser citados no campo da retórica progressista os vários intelectuais que se pronunciaram sobre o tema em diferentes espaços: o antropólogo José Jorge de Carvalho (UnB), a antropóloga Rita Segato (UnB), o antropólogo José Carlos Gomes dos Anjos (UFGRS), o sociólogo Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (USP) e o economista Marcelo Paixão (UFRJ) como os nomes de maior destaque em nível nacional. Porém, outros cientistas sociais e pesquisadores de outras áreas também podem ser ressaltados, embora suas publicações não sejam aqui analisadas, como a socióloga Ilse Scherer-Warren (UFSC), a antropóloga Ilka Boaventura Leite (UFSC), o físico

Marcelo Tragtenberg⁵ (UFSC), a pedagoga Vânia Beatriz Monteiro da Silva (UFSC), a Procuradora da Universidade Federal do Paraná, Dora Lúcia Bertúlio, entre outros.

É importante esclarecer que nesta pesquisa não foram encontradas, nas publicações e palestras dos autores pesquisados, todas as contrapartidas da retórica conservadora. Nesse caso, o esquema elaborado por Hirschman foi utilizado com algumas alterações.

A invocação da crise desesperadora

A antítese à tese da perversidade é proclamar que não há o que preservar das instituições ou da situação anterior, e que, portanto, não há por que ter cautela quanto a reformas, conforme desejam os conservadores. Nesse caso, os progressistas descon sideram o conceito de conseqüências involuntárias das ações humanas e acreditam em sua própria capacidade de controle. De acordo com Hirschman (1992), em muitas situações em que há um recrudescimento do discurso conservador, ocorre, em contrapartida, um aumento de escritos considerados radicais.

A antítese que apareceu com maior freqüência entre os autores que compartilham a retórica progressista é a “invocação da situação de crise desesperadora”. De acordo com o “Manifesto em favor da Lei de Cotas e do Estatuto da Igualdade Racial” (2006) entregue aos deputados e senadores do Congresso Brasileiro, o sistema universitário brasileiro já é segregado o suficiente e não há mais o que piorar quando comparado a outros:

⁵ TRAGTENBERG, Marcelo Henrique Romano ; BASTOS, João Luiz Dornelles ; NOMURA, Lincon ; PERES, M. A. Como aumentar a proporção de estudantes negros na universidade?. *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas), vol. 36, p. 473-495, 2006.

Colocando o sistema acadêmico brasileiro em uma perspectiva internacional, concluímos que nosso quadro de exclusão racial no ensino superior é um dos mais extremos do mundo. [...] a porcentagem de professores negros nas universidades sul-africanas, ainda na época do apartheid, era muito maior que a porcentagem dos professores negros nas nossas universidades públicas nos dias de hoje. A porcentagem média de docentes nas universidades públicas brasileiras não chega a 1%, em um país onde os negros conformam 45,6% do total da população. Se os Deputados e Senadores, no seu papel de traduzir as demandas da sociedade brasileira em políticas de Estado não intervierem aprovando o PL 73/99 e o Estatuto, os mecanismos de exclusão racial embutidos no suposto universalismo do estado republicano provavelmente nos levarão a atravessar todo o século XXI como um dos sistemas universitários mais segregados étnica e racialmente do planeta! [...].

Isso também é o que ocorre com a população negra como um todo no que se refere ao acesso à educação. A crise, portanto, já está em seu limite, qualquer medida ainda pode ser considerada pouco satisfatória. Nas palavras de Marcelo Paixão (2006, p. 87):

Esse conjunto de indicadores expressa um sistema educacional discriminatório e pouco atraente aos afro-descendentes. Ao fechar os olhos para a realidade singular dos alunos e alunas negros, o sistema de ensino não reconhece que esses enfrentam uma série de problemas especialmente típicos desse grupo: i) a entrada precoce no mercado de trabalho; ii) a baixa qualidade do ensino público, onde se concentra a maioria dos estudantes afro-descendentes, que não contribui para promover a construção do conhecimento; iii) imposição de um conteúdo programático que não valoriza o universo dos afro-descendentes e, portanto, não estimula a elevação de sua auto-estima; iv) a presença do racismo e do preconceito em sala de aula e no ambiente escolar que reduz o estímulo à continuidade dos estudos; v) a falta relativa de bons exemplos no mercado de trabalho que possam sinalizar melhores perspectivas de retorno profissional financeiro mediante o esforço em prol da continuidade dos estudos.

Estamos perdendo o trem da história

As outras antíteses elaboradas por Hirschman como contrapartidas à tese da ameaça e à tese da futilidade, ou seja, “a ilusão da sinergia” e “a tese do perigo iminente”, não foram localizadas nos argumentos dos intelectuais favoráveis às ações afirmativas, e selecionados para a análise. No entanto, outra antítese à retórica conservadora foi observada e pode ser acrescentada ao esquema proposto pelo autor: a de que “estamos perdendo o trem da história”. Ela assemelha-se à invocação da crise desesperadora, ao apontar as péssimas condições em que se encontra o país no que se refere às desigualdades raciais, mas difere um pouco dela no sentido de adotar muito mais uma perspectiva comparativa, do que propriamente de desastre. Também se pode considerá-la similar à contrapartida à tese da futilidade de “ter a história do nosso lado”, visto que os autores favoráveis às ações afirmativas mostram como outros países conseguiram atingir um maior nível de integração racial no sistema universitário por acionarem políticas de ação afirmativa. Nesse sentido, pode-se concluir que “estamos perdendo o trem da história” por não adotarmos tais políticas. E, simultaneamente, que a história está do lado daqueles que implementaram tais medidas.

No caso do ensino universitário brasileiro, fica explícito o quanto estamos distantes, em termos democráticos e de integração racial, em relação a outros países. Assim se expressa José Jorge de Carvalho (2006) em um seminário organizado pela UFSC⁶ para discutir o tema das ações afirmativas:

⁶ O Seminário sobre “Cotas e Ações Afirmativas na UFSC” foi organizado pela “Comissão de Política de Ampliação de Oportunidades de Acesso Socioeconômico e Diversidade Étnico-racial para ingresso na UFSC/Processo Vestibular” e realizado no dia 1º de junho de 2006. O seminário contou com a participação de vários convidados externos e teve como objetivo conhecer as experiências de implementação de políticas de ação afirmativa de outras universidades. O antropólogo José Jorge de Carvalho se pronunciou na mesa de abertura. A transcrição parcial da fita foi realizada pela pesquisadora.

Nós demoramos demais para intervir em nosso sistema universitário, para integrá-lo racialmente. Nós perdemos décadas inteiras, em que teria sido mais fácil de fazê-lo e com resultados melhores. Nós estamos chegando tarde e talvez sejamos um dos únicos países do planeta multirraciais numa proporção tão alta, que deixamos passar um século de exclusão racial sem abrir a boca sobre isso praticamente, tô falando de dentro da academia. Não que o movimento negro não tenha colocado isso inúmeras vezes ao longo do século. Mas dentro do mundo acadêmico, um assunto silenciado o tempo todo.

Conclusão

No prefácio de seu livro, Hirschman (1992, p. 10) conta uma história sobre como as sociedades democráticas podem chegar ao ponto de que grupos com opiniões diferentes se fechem até que em um determinado momento cada grupo pergunta acerca do outro: “Como foi que eles chegaram a ser assim”. É justamente com essa incompatibilidade de posições que se está lidando e, mesmo em uma sociedade democrática, ela não é fácil de resolver.

A discussão sobre a implementação de cotas no Brasil provocou uma polêmica que desafiou de forma inusitada o campo acadêmico. Daí a necessidade de compreender melhor o funcionamento desse campo e a posição dos agentes que dele fazem parte. Apesar de o campo científico possuir determinado grau de autonomia, percebe-se que as questões políticas o afetam diretamente, o que se torna ainda mais evidente nas ciências sociais. Intelectuais e cientistas utilizam-se da retórica como uma forma discursiva de obter a adesão e o convencimento de diversos tipos de auditórios especializados ou não.

Três importantes conclusões podem ser retiradas do embate entre os intelectuais brasileiros a respeito das ações afirmativas. Uma delas é que está ocorrendo uma cisão nas ciências sociais brasileiras, que indica uma forte disputa entre discursos dís-

pares sobre a formação da nação, seus mitos integradores e as possibilidades práticas e teóricas para o futuro do país. Outra diz respeito ao papel do intelectual com referência às questões políticas e à adoção de políticas sociais. E, por fim, a terceira, é que a postura dos intelectuais contrários às cotas, muito mais que uma posição racista (afinal todos os autores que tratam do tema denominam-se antirracistas) demonstra uma resistência à mudança da atual configuração do campo acadêmico brasileiro e sobre um ideário de nação e de suas implicações na implementação de determinadas políticas públicas, como as cotas. É o medo (real ou imaginário) das “consequências involuntárias”, que caracteriza a rejeição às mudanças e consolida uma posição conservadora.

Em relação à primeira conclusão, a cisão das ciências sociais brasileiras torna-se explícita na classificação feita por Sérgio Costa (2006). Para o autor, o antirracismo no Brasil compreende principalmente duas posturas acadêmicas: aquela representada pelo que ele classifica de “estudos raciais” e, a outra, constituída pelos seus críticos, em sua maioria antropólogos. De acordo com a classificação proposta pelo autor, os “estudos raciais”, influenciados por pesquisadores norte-americanos e por brasileiros que estudaram nos Estados Unidos caracterizam-se pela centralidade conferida à categoria raça e pela adoção de uma perspectiva analítica que introduz o evolucionismo na análise comparativa entre a organização política dos negros no Brasil e nos Estados Unidos. Dessa forma, os padrões de relações entre brancos e negros no Brasil apareceriam como atrasados tanto cultural quanto cronologicamente em relação aos norte-americanos. Os principais instrumentos na luta antirracista para os pesquisadores dos “estudos raciais” seriam, naturalmente, as ações afirmativas.

Os críticos aos “estudos raciais” se opõem à imagem de uma sociedade dividida entre brancos e negros, procuram mostrar que no Brasil predomina uma cultura inclusiva, além de uma história

que tem por base a assimilação e não a segregação. Esses críticos concentram-se especialmente na antropologia e se opõem às ações afirmativas porque essas medidas, além de enfatizarem a consciência racial, desestabilizam a noção de uma cidadania universal que seria a melhor referência à integração dos brasileiros.

Ainda em relação ao processo de ruptura na academia brasileira, pode-se afirmar, junto com Bourdieu (2003), que nas ciências sociais há uma disputa entre aqueles que aspiram a manutenção das “estratégias de conservação” com a finalidade de perpetuar a ordem científica da forma como ela se encontra e aqueles que se orientam por “estratégias de subversão”. Bourdieu denomina esses dois grupos – que concorrem em um campo de luta desigual – de “dominantes” e “novatos”. Talvez não seja essa a denominação adequada para o caso aqui tratado, mas é possível constatar que está havendo um rompimento explícito com discursos de autores clássicos do pensamento social brasileiro que se pensava estavam consolidados. A recorrência a matrizes teóricas que enfatizam a mestiçagem, a afetividade nas relações sociais e a exaltação do equilíbrio entre diferentes está definitivamente sendo colocada à prova. Tais discursos estão sendo desestabilizados e em seu lugar surgem novas interpretações, possivelmente provenientes de uma “ordem científica herética” que rompeu com acordos tacitamente aceitos no campo científico até então. É exatamente esse golpe de força que se encontra em andamento e que afeta não apenas o ambiente acadêmico, mas se expande para outros domínios.

Segundo os termos de Bourdieu (2004), está ocorrendo uma luta pelo poder de impor no interior do campo científico brasileiro, especialmente no das ciências sociais, uma nova definição de ciência e do que seja científico. Nesse sentido, são utilizadas estratégias diferentes pelos dois grupos em disputa. Enquanto os partidários da retórica conservadora partem da posição de uma ausência de ponto de vista, visando uma pretensa objetividade, ou seja, uma atitude de distanciamento e de uma preservada

neutralidade; os autores que compartilham da retórica progressista não disfarçam seu engajamento político e sua aliança com setores organizados da sociedade civil, como as organizações do movimento negro.

Quanto à segunda conclusão, o que se destaca é uma antiga discussão a respeito do papel dos intelectuais e de sua relação com a política. No caso da retórica conservadora é mantida uma estratégia discursiva que disfarça os comprometimentos políticos, aquilo que Bourdieu denomina de uma posição “desinteressada”, o “interesse no desinteresse”. Já no caso da retórica progressista o caráter político da discussão é a todo o momento resgatado. Presume-se, portanto, que há pelo menos duas concepções de ciência defendidas pelos dois grupos.

Uma delas, relacionada à retórica conservadora, parte do pressuposto de que a racionalidade científica ainda pode regular a sociedade a partir de seus princípios cognitivos, sem levar em conta o que pensam os diferentes auditórios afetados pelas suas formas de racionalidade. Conforme Boaventura Santos (2000, p. 84): “a consagração da ciência moderna nestes últimos quatrocentos anos naturalizou a explicação do real, a ponto de não o podermos conceber senão nos termos por ela propostos”. A outra perspectiva, adotada pelos intelectuais que compartilham a retórica progressista, parte da prerrogativa de que a ciência deve executar uma transição paradigmática que vise a construção daquilo que Santos denomina de “conhecimento-emancipação”, o qual deve ser elaborado a partir de tradições até então marginalizadas da ciência moderna ocidental. Nesse sentido, o autor sugere que a retórica pela qual o campo científico se comunica com seus auditórios deve ser radicalmente reconstruída. Nessa “novíssima retórica” o que deverá ser intensificado é, especificamente, sua dimensão “dialógica”. A polaridade existente entre o orador e o auditório deve transformar-se em uma sequência de posições em que possam efetivamente ocorrer trocas recíprocas. O resultado dessa transformação será um processo de

“intercâmbio argumentativo verdadeiramente inacabado” (SANTOS, 2000, p. 105), visto que, tanto o orador pode transformar-se em auditório, quanto o auditório em orador. Nesse caso, o convencimento será sempre “contingente” e “reversível”.

Em relação à terceira conclusão, que aborda a resistência de uns intelectuais ou o apoio de outros à adoção de políticas de ação afirmativa, pode-se afirmar que ela está relacionada à forma pela qual se trata a questão racial na academia. Conforme comprova Carvalho (2005/2006), essa questão é invariavelmente postergada nas discussões, silenciada e, muitas vezes, quando o tema aparece se instaura uma censura discursiva ou um disfarce para que posicionamentos claros sejam evitados e para que a tensão não venha à tona. A temática racial não é bem-vinda e quando discutida é preferível que se faça referência à realidade além dos muros universitários. O problema da não modificação do ambiente acadêmico brasileiro e do não tratamento adequado da discriminação racial é que permanecerá reproduzindo um *modus operandi* racista. O racismo aqui entendido não somente como aquele sistema que violenta e discrimina o outro, mas que mantém o privilégio de um grupo sobre o outro, indeterminadamente. Nesse sentido, a partir da análise de Bento (2002), a discriminação racial pode originar-se no desejo de manter determinados privilégios e não somente em processos que recorrem diretamente ao preconceito. Em relação à aplicação de cotas nas universidades, parece predominar a discriminação racial baseada no interesse com o objetivo de manter um privilégio, embora o preconceito esteja obviamente presente. A idéia recorrente é que as vagas universitárias já estão pré-estabelecidas, principalmente naqueles cursos considerados de alto prestígio, para estudantes cujas famílias – de maioria branca e de classes sociais economicamente privilegiadas – têm como horizonte a formação dos filhos em universidades federais. O fato de se promover uma política de democratização das vagas para a inclusão de estudantes oriundos de escolas públicas e, principalmente, de estudantes negros e indígenas, provoca uma fissura em um círculo que há muito tempo se repete.

O que o debate atualmente exige é o direito à escuta de grupos sociais marginalizados historicamente que solicitam sua presença na arena das lutas políticas, não apenas como espectadores. Esses novos sujeitos não visam atualizar o racismo ou racializar a sociedade, mas recusam-se a esquecer das marcas da exclusão. Essas marcas estão assinaladas prioritariamente pelo não acesso aos territórios e à escolaridade (LEITE, 2007). Por outro lado, cada envolvido nesse debate deve observar seu lugar de enunciação e responder por que um lugar deve ser mais reconhecido que o outro. Não podem ser utilizados critérios diferentes de legitimidade quando todos os atores, afinal de contas, participam na mesma luta política. A assimetria entre intelectuais/especialistas/cientistas e ativistas de movimentos sociais/comunidades quilombolas/estudantes negros permanecerá enquanto a fala dos primeiros for considerada superior à daqueles que não possuem o acesso às mesmas estratégias discursivas e retóricas marcadas pela crítica especializada.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Miguel Vale de. O Atlântico Pardo. Antropologia, pós-colonialismo e o caso “lusófono”. In: BASTOS, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela. **Trânsitos coloniais**: diálogos críticos luso-brasileiros. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

_____. Miguel Vale de. **Um mar da cor da terra. Raça, cultura e política da identidade**. Oeiras: Editora Celta, 2000.

ANJOS, José Carlos dos. **Carta aberta do professor José Carlos dos Anjos aos docentes contrários às políticas de ações afirmativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://br.f624.mail.yahoo.com/ym/ShowLetter>>. Acesso em: 01 jul. 2007.

_____. O tribunal dos tribunais: onde se julgam aqueles que julgam raças. **Horizontes Antropológicos**, n. 23, p. 232-236, jan. jun. 2005a.

_____. Remanescentes de quilombos: reflexões epistemológicas. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.). **Laudos periciais antropológicos em debate**. Florianópolis: NUER/ABA, 2005b.

As novas inflexões raciais no Brasil. *58ª Reunião Anual da SBPC*. Transcrição integral da fita feita pela pesquisadora. Florianópolis, 01 jul. 2006.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. Cota racial e jargão policial na universidade: para onde vamos?, **Horizontes Antropológicos**, n. 23, p. 222-224, jan/jun., 2005.

____. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites século XIX. São Paulo, Annablume, 2004a.

____. **Ant-racismo e seus paradoxos**: reflexão sobre cota racial, raça e racismo. São Paulo: Annablume, 2004b.

BENTO, Mara Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Mara Aparecida Silva. **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

____. O campo científico. In: Ortiz, R. (org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho D'Água, 2003.

____. **Contrafogos 2**: por um movimento social europeu. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

____. **Sobre a televisão**. Seguido de A influência do jornalismo e Os jogos olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

____. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

CANCLINI, Nestor García. **Diferentes, desiguais e desconectados**: mapa da interculturalidade. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

CARVALHO, José Jorge de. Palestra preferida no Seminário: **Cotas e Ações Afirmativas na UFSC**, Florianópolis, 01 jun. 2006.

____. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro, **Revista USP**, n. 68, dez. jan. fev 2005/2006.

____. **Inclusão étnica e racial no Brasil**: a questão das cotas no ensino superior. São Paulo: Attar Editorial, 2005a.

____. Usos e abusos da antropologia em um contexto de tensão racial: o caso de cotas para negros na UNB. **Horizontes Antropológicos**, n. 23, 2005b.

____. Ações afirmativas como base para uma aliança negro-indígena contra a discriminação étnica e racial no Brasil. In: GOMES, Nilma LINO; Martins, Aracy Alves (orgs.). **Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

COELHO, Fábio Ulboa. Prefácio à edição brasileira. In: PERELMAN, Chaïm; Lucie OLBRECHTS-TYTECA. **Tratado da argumentação**. A nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

COSTA, Sérgio. **Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

____. Formas e dilemas do anti-racismo no Brasil. In: SILVA, J., SANTOS, M; RODRIGUES, I. (orgs.). **Crítica contemporânea**. São Paulo: Anablume, 2002a.

____. A construção sociológica da raça no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 24, n. 1, 2002b.

DURHAM, Eunice. Problema de escolarização surge no ensino básico. **Folha de S.Paulo**, 28 jun. 2002.

____. Desigualdade educacional e cotas para negros nas universidades, **Novos Estudos CEBRAP**, n. 66, jul. 2003.

FERES JÚNIOR, João. Aspectos normativos e legais das políticas de ação afirmativa. In: FERES JÚNIOR, João; ZONINSEIN, Jonas (orgs.). **Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas**. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2006.

____. **Ação afirmativa no Brasil: a política pública entre os movimentos sociais e a opinião douta**. Trabalho apresentado no Seminário Internacional "Ações afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pós Durban", Brasília, 2005.

FIORENTINO, Manolo. Racismo se combate com polícia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 abr. 2005.

____. Da atualidade de Gilberto Freyre. In: FRY, Peter (org.) et.al. **Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil**. São Paulo: Record, 30ª edição, 1995.

____. **Novo mundo nos trópicos**. Rio de Janeiro: Topbooks Editora. 1ª edição, 1971, 2000.

FRY, Peter. Ciência social e política “racial” no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p. 180-187, dez./jan./fev., 2005/2006.

_____. Antropólogo defende cotas sociais. **O Liberal**, Belém, 10 jul. 2006.

_____. A feijoada mudou. **Folha de São Paulo**, 19 jun. 2005.

_____. **A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África Austral**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. Política de alto risco. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 jun. 2004.

_____. Introduzindo o racismo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 mar. 2003.

FRY, Peter e Yvonne Maggie. Política de alto risco. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 jun., 2004.

GOÊS, José Roberto Pinto de. O racismo vira lei. In: FRY, Peter (org.) et.al. **Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GOSS, Karine Pereira. **Retóricas em disputa: o debate entre intelectuais em relação às políticas de ação afirmativa para estudantes negros no Brasil**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, março de 2008.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Depois da democracia racial, **Tempo Social** – revista de Sociologia da USP, vol.18, n.2, p. 269-287, nov. 2006a.

_____. GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **58ª Reunião Anual da SBPC**. Transcrição da mesa redonda: As novas inflexões raciais no Brasil. Florianópolis, 01 jul. 2006b.

_____. GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Entre o medo de fraudes e o fantasma das raças, **Horizontes Antropológicos**, n. 23, p. 215-217, jan/jun., 2005.

_____. **Classes, raça e democracia**. São Paulo: FUSP/Ed. 34, 2002.

_____. Introdução. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn. **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo/Editora 34, 1999.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2. ed. 2005.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. Notas sobre desigualdade racial e política no Brasil, **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 25, dez. 1993.

HIRSCHMAN, Albert. O. **Auto-subversão**: teorias consagradas em xeque. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **A retórica da intransigência**: perversidade, futilidade, ameaça. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. Duzentos anos de retórica reacionária: o caso do efeito perverso, **Novos Estudos CEBRAP**, n. 23, p. 102-119, mar. 1989,

HOBBSAWN, Eric. Identity Politics and the Left. **New Left Review**. Londres, n. 217, maio jun., p. 38-47, 1996,

HOFBAUER, Andréas. **Uma história do branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

LATOUR, Bruno. Se falarmos um pouco de política? **Política e Sociedade**, n. 04, abr. 2004.

_____. Entrevista concedida a Rafael Cariello. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 ago. 2004.

_____. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório**: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LEITE, Ilka Boaventura. Humanidades insurgentes: conflitos e criminalização dos quilombos. **Paper**, 2007.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Textos e Debates** – NUER, n. 7, 2000.

LEITE, Boaventura Ilka. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In: LEITE, Boaventura Ilka (org.). **Negros no sul do Brasil**: invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

L'ESTOILE, Benoît; NEIBURG, Federico e SIGAUD, Lígia. **Antropologia, Império e Estados Nacionais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2002

MAGGIE, Yvonne e FRY, Peter. A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras. **Estudos Avançados**, vol. 18, n. 50, 2004.

_____. **Racismo e anti-racismo em escolas cariocas**. Disponível em: <<http://www.observa.ifcs.ufrj.br/index.htm>>. Acessado em: 11 fev. 2007.

_____. Estatuto criaria “racismo de Estado”, diz antropóloga. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 jul. 2006.

____. Critério da UnB é estarrecedor. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 mar. 2004.

MAGNOLI, Demétrio. Desiguais perante a lei. **Revista Pangea**, março, 2003.

____. **Audiência pública na Câmara dos Deputados para a discussão da reserva de vagas no ensino público superior federal**. Gravação em fita VHS. 25 abr. 2006.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. Política de cotas raciais. Os “olhos da sociedade” e os usos e abusos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UNB). **Horizontes Antropológicos**, n. 23, jan. jun., 2005.

Manifesto **Em favor da lei de cotas e do Estatuto da Igualdade Racial**. 03 jun. 2006.

Manifesto. **Todos têm direitos iguais na República Democrática**. 29 maio 2006.

MIRANDA, José Carlos. Um estatuto para dividir e cotas para iludir. In: FRY, Peter (org.) et.al. **Divisões perigosas**: políticas raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ORTIZ, Renato. Introdução: a porosidade das fronteiras nas Ciências Sociais. In: ORTIZ, Renato (org.). **A Sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

ORTIZ, Renato. **Ciências sociais e trabalho intelectual**. São Paulo: Olho d'Água, 2002.

PAIXÃO, Marcelo. **Manifesto anti-racista**. Idéias em prol de uma utopia chamada Brasil. Rio de Janeiro: Editoria DP&A, 2006.

PERELMAN, Chaïm; Lucie OLBRECHTS-TYTECA. **Tratado da argumentação**. A nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo, Cortez, 2005.

____. SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução. **Conhecimento prudente para uma vida decente**: ‘Um discurso sobre as ciências’ revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.

____. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

____. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SEGATO, Rita Laura. Raça é signo. In: AMARAL, Jr. Aécio; BURITY, Joanildo de A. (orgs.). **Inclusão social, identidade e diferença**: perspectivas pós-estruturalistas de análise social. São Paulo: Annablume, p. 215-235, 2006.

____. Transcrição da fita da qualificação do projeto de mestrado de Ernandes Barboza Melchior: **Não deixando a cor passar em branco: o processo de implementação de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília**. Sob orientação da professora Dr^a Wivian Weller no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), 2005.

____. Em memória de tempos melhores: os antropólogos e a luta pelo direito. **Horizontes Antropológicos**, nº 23, p. 273-282, jan. jun. 2005.

SEGATO, Rita Laura. Cotas: por que reagimos? **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p. 76-87, dez. jan. fev. 2005/2006.

SORJ, Bila; MIRANDA, José Carlos; MAGGIE, Yvonne. Preâmbulo. In: FRY, Peter (org.) et.al. **Divisões perigosas**: políticas raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

TRAGTENBERG, Marcelo Henrique Romano ; BASTOS, João Luiz Dornelles; OMURA, Lincon ; PERES, M. A. Como aumentar a proporção de estudantes negros na universidade? **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas), vol. 36, p. 473-495, 2006.

Recebido em 20/10/2014

Aprovado em 03/11/2014